Economia este ano criou o espaço para 82

Produzimos confiança

A estratégia da política econômica, traçada pelo governo em meados do ano passado, pretende atacar os quatro problemas básicos com que se defronta o País: a manutenção do nível de emprego; a redução da dependência externa; a queda da inflação e a mudança do perfil energético. Para desenvolver essa estratégia, decidiu o governo dar maior ênfase à agricultura e às exportações, alocando maiores dois setores a maior parte dos recursos disponíveis. Uma política monetária rígida está "derrubando" a inflação (121,6 % em março e 103,4 % em outubro, em termos anuais) e uma política de investimentos direcionados para os setores sociais procura aliviar à queda do emprego, promover alguma distribuição de renda, ainda que apenas no nível salarial.

A opção dessa estratégia, que privilegiou dois setores da economia, obviamente teria que produzir efeito adverso nos demais setores, e esse fato explica o crescimento negativo — entre seis e sete por cento — que a indústria deverá ter este ano, seguida de um crescimento negativo, entre três e quatro por cento, também no setor de serviços, o que reduz a taxa média do PIB - Produto Interno Bruto — Estimada pelo Ministro do Planejamento, Delfim Netto, entre um e trêspor cento, contra oito por cento obtidos o ano passado. A agricultura, crescendo dois por cento, assegurará um PIB positivo.

AS CAUSAS DA MUDANÇA

Poucas pessoas perceberam, mas a estratégia que tanta dor de cabeça está causando a empresários dos setores industriais de bens de capital e bens duráveis, especialmente automóveis, foi claramente desenhada pelo ministro do Planejamento, em maio do ano passado, no discurso que pronunciou na Escola Superior de Guerra.

Naquela ocasião, Delfim Netto alertava: "temos de fazer o consumo crescer a uma taxa menor do que cresce o nível de renda, isto é, temos que organizar uma política econômica pela qual a taxa de crescimento do consumo seja menor do que a taxa de crescimento das exportações, de tal forma que, no fim, se tenha o equilíbrio desejado, com mesmos pressões inflacionárias e com menor déficit em conta-corrente".

E a receita, segundo ele: reduzir os dispêndios correntes e engajar a sociedade num mecanismo de formação de poupança que permita uma certa redução da taxa de crescimento do consumo. Ele advertia que "essa é uma política muito mais delicada e muito mais complicada, que tem implicações com todo o resto do sistema. É por isto que temos de fazê-la com muito cuidado".

Se a alocação de recursos privilegiou a agricultura e as exportações, os únicos setores da economia em condições de, desenvolvendo-se, contribuir para solucionar, simultaneamente, os problemas do balanço de pagamentos, da inflação e do emprego, outros setores tiveram de ajustar-se a sua profunda e a menor nível de demanda, como ocorre com os segmentos da indústria automobilística, incluindo o setor de autopeças, e da indústria eletro-eletrônica.

REDIRECIONAR INVESTIMENTOS

A estratégia desenvolvida pelo governo, e que provocou inevitável redução do ritmo de crescimento da economia, perseguiu um redirecionamento nos investimentos, privilegiando, em primeiro lugar, os setores abovecitados de mão-de-obra. "Temos de pensar — diz Delfim — em programas de governo e do setor privado, capazes de absorver o maior volume possível de mão-de-obra. E o Proálcool satisfaz como uma luva essa condição".

O segundo tipo de investimento, dentro dessa nova estratégia de investimento, é aquele de curta maturação. "Precisamos de investimentos que produzam rapidamente os seus efeitos, de forma que recuperemos o ritmo inflacionário que está sempre embutido em cada novo investimento", sentencia Delfim Netto. E os investimentos de maturação mais longa e rápida resposta são justamente os do setor rural. Não é por acaso que o governo se empenha em produzir alimentos no cerrado, investindo, somente na primeira etapa do projeto de um bilhão de hectares, cerca de 15 milhões de dólares para produzir trigo, soja, milho, sorgo e feijão.

O terceiro indicador dos investimentos aponta na direção da prioridade aos que produzem uma redução das importações, e que, por isso, ajudam a resolver o problema do balanço de pagamentos, inflação e desemprego.

Agricultura e Exportações foram privilegiados porque são os únicos setores capazes de solucionar, a curto prazo, os problemas do balanço de pagamentos, inflação e desemprego.

Quarto ponto, prioritário segundo a estratégia do governo, é o dos investimentos destinados à indústrias de massas, ou indústrias produtoras de bens de consumo comuns a toda a população, cujo estímulo é consistentemente demandado pelo perfil da renda, realizadas via política salarial, pelas quais os detentores de pequenos salários passam a ganhar mais, e, nemmesmo assim, de que os que vencem grandes salários, que perdem, em termos de poder de compra.

Abre-se, em consequência, um mercado para os produtos de massa, fechando-se o mercado para os produtos sofisticados, com inevitáveis reflexos nos perfis de produção. Conforme lembra o ministro do Planejamento, não se trata propriamente de uma estratégia nova, ou uma "descoberta", como querem alguns analistas. "São critérios estabelecidos no documento que se chama 'III PND'".

NÃO É RECESSÃO

Essas mudanças que estão ocorrendo, com o apoio e a compreensão da sociedade brasileira — diz Delfim — não podem ser consideradas como uma recessão. Elas em nada se não há quedas dramáticas nos níveis de emprego, nem nos setores desacelerados, especialmente a indústria automobilística e suas ramificações, e nem se pode se pode fazer: ela terá de ajustar-se ao perfil mais baixo de demanda, um processo que já crescendo a todo instante. Tem

Delfim assegura que a não ser o caso da indústria automobilística, os níveis de desemprego são normais para as circunstâncias, e lembra que, no setor industrial está empregando cerca de um milhão de quedas nos níveis de crescimento do consumo — pois este ano os pessoas decidiram poupar um pouco e consumir menos — o mesmo não ocorre no setor rural, onde a oferta de emprego está crescendo a todo instante. Tem recessão — explica — implicaria um tratamento de choque na economia, uma redução do nível absoluto de emprego, solução que causaria, num País como o Brasil, efeitos extremamente perniciosos.

Destaca o ministro a determinação do governo de dar ênfase aos investimentos nos setores de utilização intensiva de mão-de-obra de baixa qualificação, como a construção civil e os serviços de saneamento, nas grandes e médias cidades, e a construção de estradas vicinais, no interior, assinalando o objetivo é não só dar emprego a quem estiver desempregado, mas igualmente distribuir renda para dar investimento para o campo social, de tal forma que produzam uma redistribuição do rendimento, com reflexos efeitos importantes do ponto de vista da inflação.

A questão chave — salienta — é identificar recursos não-inflacionários para promover esses investimentos, que conforme a decisão do presidente, serão ultimados verbas já alocadas no orçamento fiscal para 1982, com o propósito de realizar esses investimentos direcionados para o meio social, não estando "nas cogitações do governo "botar a guitarra para rodar", ou seja, emitir dinheiro, pois isso representaria uma exacerbação inflacionária.

O ministro do Planejamento diz compreender as preocupações das pessoas com a queda do nível de crescimento do Produto, mas assinala que a taxa de crescimento mínima deve ser aquela que respeita a restrição de que a economia alcance, nos próximos cinco anos, expressão a substituição de petróleo e crescimento das exportações de modo que possa progredir na segunda metade da década com uma situação do balanço de pagamentos totalmente sob controle.

Devemos insistir nesse ponto — diz Delfim — a restrição mais grave no nosso crescimento é o a balanço de pagamentos. Lidamos com fatos físicos, contra os quais de nada adianta reclamar. Por isso que, dentro da estratégia montada pelo governo objetiva o balanço de pagamentos. Todos os caminhos de atuação conduzem a uma ampliação cada vez maior das exportações, única alternativa para que o País continue crescendo no exterior os recursos mínimos indispensáveis" à manutenção do seu crescimento.

E a estratégia para viabilização das contas externas "garante — continuará sendo perseguida pelo governo, nestes próximos anos. O objetivo principal dessa estratégia é reduzir o déficit em contas-

Continua na página 03

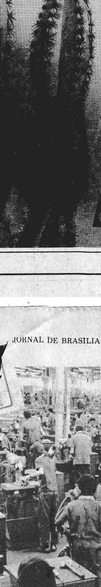
"Mandacaru quando fulora na seca..."

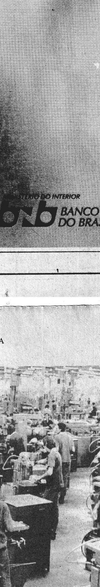
"...é o sinal que a chuva chega no Sertão", segundo o conhecido baião de Luiz Gonzaga. Segundo o BNB, florescer em meio à adversidade é sinal de coragem e firmeza de propósitos.

Foi assim que a SUDENE se implantou no Nordeste, há 22 anos, temendo em ser perde, como o mandacaru na seca, em meio à paisagem desolada da caatinga. Sua presença chamou-se esperança.

Sua ação, desenvolvimento.

Por isso, no coração em que a SUDENE comemora seu 22º aniversário, o Banco do Nordeste a homenageia como símbolo de um povo vitorioso, que, aprendendo na luta lições de coragem e persistência.





As grandes obras, como Itaipu, mantiveram seu ritmo

Reforma agrária começa em Pernambuco

Em Pernambuco começou o processo de reforma da posse da terra, graças ao gesto do governo do Estado e o BNDE para transferência das sais terendas que ocorrem na instituição oficial de crédito recebeu como pagamento de uma dívida no município pernambucano de Pesqueira. Com a avaliação de 48 glebas, que somam 6.147 hectares, por Cr$ 140,1 milhões, vai ser dado início ao programa de redivisão em lotes de 10 a 20 ha para implantar cultivos de fruticultura, olericultura e lavoura alimentar. O programa será realizado através do Pronordeste e contará com recursos federais (da Sudene e Sepian-PR) e assistência técnica de Codevasf e estadual administrativa do Governo estadual.

As gestões para compra das fazendas feitas BNDE foram realizadas pelos Secretários da Fazenda e Agricultura, respectivamente, Everardo Maciel e Jorge Cavalcante, seguindo diretrizes do Governador Marco Maciel, e o trigar do Governo assim explica a aquisição: "Esse é o primeiro passo da reforma agrária no Estado, dentro do conteúdo das diretrizes do governador Marco Maciel, que é redistribuir o acesso à terra de imediato, condições para que os pequenos produtores rurais possam trabalhar a terra produtivamente e gerar frutos e hortaliças entre a divisão e a produção, e redistribuir a terra, através de outros programas interdisciplinares em diversos níveis".

"Observe-se, no entanto — disse, ainda, Jorge Cavalcante — que a medida se insere em um contexto de perfeita integração, não se confundindo com as propostas genéricas e imprecisas de reforma agrária feitas a respeito. Trata-se de uma ação específica, de vocação policultora, e as terras incluídas no projeto ora em ação acham ocupadas por pequenos agricultores, que, com remoção na hipótese de qualquer uso alternativo — pecuário extensivo, sobretudo — seja injustificável, economicamente falando, sem dúvida. Além disso, o próprio mercado para a produção dos cooperados já é assegurado pela demanda da Fábrica Peixe".

Os contatos para compra dessas terras começaram em junho passado a partir de uma série de solicitações de ordenanças comunitárias de Pesqueira e inclusive do Sindicato Rural do Município — prepuiadas com a possibilidade de virem as seis fazendas do BNDE a ser negociadas entre particulares interessados na criação de gado e, consequentemente, promoverem a retomada do mercado para os pequenos produtores rurais. A Secretaria do Planejamento por determinação do Governador Marco Maciel antecipou as negociações, agora concluídas.

O Policonderado pará a estrutura de apoio — técnico e financeiro — para o "Projeto Pesqueira", que se integrará com a Fé-pomar-Cocaxe (sistema cooperativista) que será o orgão executivo da programação, repassando as terras para os pequenos lavradores sem terra, através de um Fundo de Terras que, para este ano, dispõe de Cr$ 190 milhões, depois de ouvido a Comissão Estadual de Terras, ligada à Secretaria da Agricultura. Mesmo depois do assentamento, aquele programa do Condeprá continuará assistindo os núcleos coloniais com linhas de recursos para seu desenvolvimento rural (Integrado, através de ações específicas para a produção (sementes, crédito e extensão rural), de caráter social (produção, saúde e higiene) e comunitárias — disseminação do cooperativismo, lazer etc.

O Condeprá dá prioridade programa, Roberto Gilson da Costa Campos, diz que, de imediato, vão ser implantadas explorações-modelo na área, paralelamente a ocupação, para prover de determinação aos pequenos proprietários dos efeitos das pesquisas agronômicas em técnicas modernas, como pesquisa irrigação, produção e manejo de sementes e mudas de alta produtividade no mesmo nanejo da terra.

Uma das vantagens de o Programa de Reestruturação Fundiária ter adquirido as terras da Peixe — acrescentou Roberto Gilson — é que os pequenos produtores, sem terra, terão possibilidade de assumir se de uma agricultura de alta rentabilidade, mas que requer que mantém suas lavouras tradicionais, pois não haverá imposição quanto ao cultivo de determinadas culturas, apenas orientação quanto ao mais renentável.

O programa de redistribuição de terras do Estado de Pernambuco se baseará no Estatuto da Terra e no diamante EM 015/81 que definiu a política fundiária do Governo Federal, através dos programas especiais, como o Proassentamento. A meta, para 1981/82 prevê a ocupação de 10 hectares, inclusive os 6.147 hectares da Fazenda Pesqueira e outras adquiridas ao BNDE. Esperam-se 1.000 pernambucanos que tais ações beneficiem a 1.420 famílias de produtores rurais sem terra, inclusive 500 na área de Pesqueira. Os recursos globais destacados ascendem a Cr$ 350 milhões, sendo Cr$ 160 milhões e Cr$ 190 milhões para investimentos de compra de terras e de titulação de posse irregulares e legitimações de posse.

Projeto da Sudepe eleva produção da pesca no NE

Três meses após ter sido concluído o pelamento de 40 acudes do Nordeste, através do Projeto Borba Gato, instituído pelo Ministério do Interior, o Ministério do Interior, através da Superintendência da (SUDEPE) está iniciando uma pesquisa de mercado de peixes (filés de peixes) naquela Região, num período oriundo em Cr$ 20 milhões, aproximadamente.

Segundo informa a SUDEPE, até o final de fevereiro de 82 terão sido distribuídos mais 2,5 milhões de alevinos, dentre 2.900 acudes localizados na área de abrangência possibilitando assim, o aumento da produção e consequentemente, o fornecimento de alevinos para reduzir a curto prazo, o problema de desemprego e pobreza para a população nordestina.

A exemplo do Programa Borba Gato, o Projeto Sudepe/Ibdf, também, foi implantado em 40 acudes, sendo 10 em Sergipe, 10 em Alagoas, 10 em Pernambuco, 10 em Paraíba, Apiaú, Sardinha e Belmiro, inclusive, que envolve a participação de técnicos não só da SUDEPE, como do DNOCS (departamento Nacional de Obras contra as Secas) e das Secretarias Estaduais, sendo, ainda, o Projeto Sudepe/Ibdf, também, das Estações de Piscicultura, das Prefeituras Municipais e Universidades Federais, através de seus estudantes, que são participantes executivos no Programa Borba Gato.

Em relatório recentemente concluído pela SUDEPE, a apresentação retrospectiva de diferentes fases do pelamento realizado no Nordeste, inicia-se em 1980. A repercussão do projeto foi excelente, mesmo, com participantes executivos no Programa Borba Gato.

Em relatório recentemente concluído pela SUDEPE, a apresentação retrospectiva de diferentes fases do pelamento realizado no Nordeste, inicia-se em 1980. A repercussão do projeto foi excelente, mesmo, com participantes executivos no Programa Borba Gato.

Os principais indicadores monetários não poderão crescer mais de 20% em 1982 para que a inflação caia ao patamar de 50%

Incapaz de sozinh, isoladamente, o mercado regional.

Ao mesmo tempo, o mercado, "a alternativa obra mínima", a curto prazo, o problema da alimentação proteica para a população nordestina, será a de alternar a produção, a produtividade e o aumento do pescado através da piscicultura. Tudo objetivo a, também, o de contribuir para a fixação do homem no seu ambiente natural.

Para tanto, estão sendo analisadas essas ações conjugadas, dentro de um grande programa, com povoamento de açudes e que vem sendo executado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

POTENCIALIDADE E ECONOMIA

Atualmente, a peça é, no Brasil, a segunda fonte mais de proteína de origem animal, com uma produção de cerca de 900 mil toneladas em 1980, tendo crescido significativamente nos últimos anos e possibilitando, consequentemente, a produção de exportações brasileiras. Neste particular, a Região Nordeste tem, entre as possíveis pela maior produção, Alagoas, Sergipe e Bahia, além daqueles que, no ano anterior, já haviam sido beneficiados: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

PRIORIDADE

De acordo com o IV PNDP (Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca) 1980-1985, a meta prioritária, do Governo é aumentar a oferta de pescado interno de pescado "devendo se constituir numa importante fonte de proteínas de origem animal produzida no país, sendo capaz de auxiliar na redução dos altos índices de pobreza da população, cuja ação se dá de forma específica. "E o caso do Nordeste e, daí, essa iniciativa de alcance sócio-econômico numa região que possui cerca de 4 mil, aproximadamente, 37 milhões de habitantes, sendo 1 milhão de pessoas marítima; face as pesquisas e resultados consolidados, tem demonstrado que, por si só, será

LOCAL DE EMBARQUE	QUANT. DA DE (t)	VALOR US$ 1.000
Recife	158,5	2.656,2
Natal	93,5	518,5
Fortaleza	2.623,4	27.334,0
Salvador		104,3
TOTAL NORDESTE	2.860,9	31.671,0
TOTAL NACIONAL	23.467,7	75.815,4

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS SEGUNDO PONTOS DE EMBARQUES - NORDESTE 1981 - Jan./Jun.